



ANEXO XIV

NORMAS E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO

TRABALHO – SERVIÇOS TÉCNICOS DE INSPEÇÃO, MEDIÇÃO

E COMBATE A PERDAS DE ENERGIA

- 1.1. **Deverá ser entregue cópias autenticadas das fichas de registro dos empregados e das carteiras de trabalho as empresas DME.**
- 1.2. As normas aplicáveis aos serviços a serem realizados existentes na Portaria 3214/MTB/78 deverão ser seguidas integralmente.
- 1.3. Deverá ser realizada integração de segurança e apresentação dos EPI's, EPC's e veículos antes do início das atividades. O SESMT das empresas DME será responsável pela integração.
- 1.4. A Ordem de Serviço deverá ser elaborada para cada colaborador de acordo com a Norma Regulamentadora nº 1. **Deverá ser entregue cópias autenticadas desses documentos as empresas DME.**
- 1.5. O PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos), exigido na Norma Regulamentadora nº 1, constante na Portaria 3214 de 08 de junho de 1978, deverá ser elaborado e a **cópia do mesmo digitalizada deverá ser fornecida as empresas DME em um prazo máximo de 30 dias após assinatura do contrato.**
- 1.6. À contratada caberá a responsabilidade de fornecer gratuitamente aos seus empregados os equipamentos de proteção individual e coletiva necessários à execução dos trabalhos com segurança, bem como exigir o seu uso. Os equipamentos de proteção individual (EPI) devem possuir Certificado de Aprovação (C.A.) de acordo com o estabelecido na NR-6 da Portaria 3214/MTB/78. As ferramentas e equipamentos, tanto de segurança quanto de trabalho, devem ser de boa qualidade e estar em perfeito estado de conservação. Os EPI's e EPC's serão vistoriados pelo SESMT das empresas DME antes do início das atividades. **A cópia autenticada da ficha individual de entrega de EPI's deverá ser fornecida as empresas DME inicialmente e sempre que houver novas distribuições de equipamentos.**

Equipamentos de Proteção Individual

Todo trabalhador deve possuir equipamentos de proteção individual (EPI's), compatíveis com a tarefa que vai executar, bem como utilizar todos os equipamentos de proteção coletiva que a tarefa exigir.

Cada trabalhador deve estar ciente de que de acordo com a Portaria 3214 de 08 de junho de 1978, está obrigado a utilizar os Equipamentos de Proteção fornecidos pela empresa, bem como é dever da empresa fornecê-los gratuitamente e fiscalizar o seu uso.

a. Luvas de borracha isolante:

As luvas de borracha devem ser testadas quando recebidas do fornecedor e, no máximo, após 12 meses de uso, verificando-se suas conformidades com as especificações estabelecidas. Diariamente deve ser feito teste de insuflação de ar para verificar se há furos que comprometam sua eficácia.



Essas luvas devem ser sempre usadas protegidas com coberturas em vaqueta de menor comprimento, a fim de evitar uma eventual circulação de corrente através dessas coberturas de couro e o antebraço. A principal função da cobertura é proteger as luvas de borracha contra uma possível perfuração provocada por cabos e fios.

- i. Após o uso, deve-se secar totalmente a parte interna das luvas na sombra. Em seguida deve-se colocar talco neutro, acondicionando-as em caixas ou bolsas individuais e armazenando-as em locais arejados com temperatura não superior a 35 graus C.
 - ii. O funcionário deve sempre colocá-las antes dos trabalhos em circuitos energizados.
- b. Luvas de couro para uso geral: Os serviços que oferecem riscos de ferimento nas mãos devem ser executados com luvas de raspa, vaqueta ou outro material compatível, que proteja devidamente as mãos do trabalhador.
- c. Calçados: Para qualquer atividade, o trabalhador deve estar utilizando calçado de segurança.
- d. Capacetes de segurança: nos locais de serviço, qualquer que seja o ambiente, o trabalhador deve sempre usar o capacete de segurança de aba frontal ou aba total de classe B e o mesmo deve possuir teste de isolamento elétrica, dentro da validade estabelecida.
- e. Conjunto para trabalho com diferença de nível:
 - i. Nos serviços com risco de queda e diferença de nível (superior a 2,00 m), o uso do conjunto para trabalho em altura é obrigatório.
 - ii. Alcançada a posição de serviço, o talabarte dupla espia preso ao cinturão deve ser fixado num ponto de apoio fixo ou deverá ser utilizado sistema de trava quedas, preso em linha de vida.
 - iii. Antes de sua utilização, devem ser verificadas as suas condições gerais. Qualquer defeito no cinturão, talabarte, linha de vida, trava quedas, mosquetão, estropo e gancho de ancoragem determinará sua substituição da peça danificada.
- f. Capas contra chuva: devem ser de material impermeável, ventilada, sem vazamento e adequada ao trabalho, permitindo total liberdade de movimento.
- g. Óculos de segurança contra impactos deverão ser utilizados para trabalhos que possam causar ferimentos nos olhos.
- h. Perneiras de couro ou material sintético: para serem utilizadas contra picadas de cobras e animais peçonhentos em trabalhos realizados na zona rural ou outra atividade do tipo.
- i. Protetor facial classe de risco II: deverá ser utilizado em trabalhos com risco de arco elétrico durante atividades na caixa de medição.
- j. Os eletricitas, eletrotécnicos, engenheiros eletricitas e outros que trabalharem expostos ao agente eletricidade, deverão utilizar vestimentas antichamas adequadas às atividades, contemplando a condutibilidade, inflamabilidade e influências eletromagnéticas de acordo com a Norma Regulamentadora nº 10. **Deverá ser entregue**



cópia do Certificado de Aprovação (CA) do uniforme antichama ao SESMT das empresas DME.

- 1.7. A Norma Regulamentadora nº 7, constante na Portaria 3214 de 08 de junho de 1978 – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional, deverá ser seguida integralmente e **cópia autenticada do ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) dos funcionários deverão ser fornecidas as empresas DME inicialmente e sempre que houver novas emissões. O documento anual do PCMSO digitalizado deverá ser entregue as empresas DME em um prazo máximo de 30 dias após o início das atividades.**
- 1.8. A empresa contratada **deverá fornecer mensalmente** dados relativos às estatísticas de acidente, contendo o número de funcionários que trabalham no contrato com as empresas DME, número de horas homens trabalhadas, número de acidentes ocorridos com dias de afastamento e cálculos de taxas de frequência e gravidade.
- 1.9. Os funcionários expostos ao agente eletricidade devem ser autorizados de acordo com exigências da Norma Regulamentadora 10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. **O comprovante autenticado de cursos Básico e Complementar da referida norma deverão ser entregues as empresas DME, bem como documento com anuência formal da Empresa para os colaboradores autorizados.**
- 1.10. Quando necessário, deverá ser entregue capacitação de trabalhador que necessite intervir no SEP das empresas DME, tiver acesso à Zona de Risco e Zona Controlada ou em Áreas de Risco de origem elétrica. Essa capacitação deverá ser realizada por profissional Habilitado e Autorizado, de acordo com a Norma Regulamentadora nº 10. **O comprovante autenticado deverá ser entregue as empresas DME.**
- 1.11. As cestas aéreas devem ser operadas por pessoas devidamente treinadas e autorizadas para manobrar o equipamento com segurança. A Capacitação necessária é regulamentada pela Norma Regulamentadora 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos, item 12.16. **Deverá ser entregue as empresas DME cópia autenticada do comprovante do curso.**
- 1.12. De acordo com a Norma Regulamentadora nº 16, atividades realizadas no SEP são consideradas perigosas, portanto o exercício de **trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário**, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa.
- 1.13. De acordo com a NR 16, têm direito ao adicional de periculosidade os trabalhadores que desenvolvem suas atividades no sistema elétrico de potência - SEP. Em atividades de construção, operação e manutenção de redes de linhas aéreas ou subterrâneas de alta e baixa tensão integrantes do SEP abrangendo a montagem, instalação, substituição, conservação, reparos, ensaios, inspeção, fiscalização, levantamento de dados e supervisões de serviços técnicos.
- 1.14. A NR 16 determina que o trabalho intermitente é equiparado à exposição permanente para fins de pagamento integral do adicional de periculosidade nos meses em que houver exposição, excluída a exposição eventual, assim considerado o caso fortuito ou que não faça parte da rotina.
- 1.15. Deverá ser realizada capacitação de colaboradores para trabalho em altura, através de realização de curso teórico e prático nos moldes da NR – 35, para funcionários que necessitem realizar suas atividades com diferença de nível acima de 2,00 metros. **A cópia autenticada do certificado deverá ser apresentada as empresas DME.**



- 1.16. Para os funcionários que trafegam com carros da contratada, **deverá ser fornecido as empresas DME cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) adequada ao tipo de veículo a ser conduzido.**
- 1.17. A terceirizada **deverá implantar Análises Preliminares de Risco (APR)** e exigir de seus colaboradores a execução destas ao iniciar cada tarefa.
- 1.18. Comunicação de acidentes: quando da ocorrência de acidente grave ou fatal, a contratada deverá comunicar imediatamente o Gestor do Contrato (pessoalmente ou por telefone). Não será permitida a divulgação do acidente pela contratada. Deverá ser entregue uma cópia da CAT ao SESMT das empresas DME, sempre que houver acidente de trabalho envolvendo funcionários da empreiteira.
- 1.19. As questões de segurança da Empresa Contratada **serão fiscalizadas de acordo com o procedimento denominado Fiscalização das Empresas Terceirizadas nas empresas DME.**

OBS. O procedimento poderá ser consultado junto ao setor de Segurança do Trabalho.
- 1.20. Nos casos em que se fizer necessário, cabe a contratada a remoção dos doentes ou acidentados do local de trabalho com a urgência que o caso exigir, utilizando os meios adequados e recursos da comunidade por sua conta e risco. Se avaliado como necessário, deverá ser acionado o SAMU (Serviço de Atendimento Médico de Urgência) para o resgate de vítima, através do tel. 192. O Corpo de Bombeiros também poderá ser acionado (tel 193).
- 1.21. Condições para trabalho: Ao encarregado de serviço cabe, antes de iniciar as tarefas, verificar as condições de saúde de seus subordinados, bem como, estes devem comunicar ao seu superior imediato, quando por motivos de saúde ou outro, não estiverem em condições de executar o serviço que lhes foi determinado.
- 1.22. Sinalização: o local do trabalho deve ser sinalizado por meio de cones, placas de aviso, grades, cordas, cavaletes, etc., e sempre que for necessário. A proteção contra obstáculos oriundos das atividades será de inteira e total responsabilidade da contratada.
- 1.23. Bebidas alcoólicas e/ou tóxicos: Não é permitido ingerir ou estar sob efeito de bebidas alcoólicas e/ou tóxicos durante o período de trabalho.